

Uma biblioteca chamada Missal Romano – Parte IV

Evangelário – o Livro do diácono

JOÃO PAULO VELOSO



De fato, a importância desse livro reside na sua concepção teológica: contendo os Evangelhos, o ápice da hierarquia das Sagradas Escrituras, o Evangelário simboliza e representa a presença do próprio Cristo Mestre, que ensina e exorta a comunidade dos fiéis. É por esse motivo que esse livro é levado honrosamente na procissão de entrada, é colocado sobre o altar, é incensado, é beijado.

Mas qual é a origem desse livro? Como ele era confeccionado e qual era o seu uso ritual

nos primórdios do nosso rito romano? Qual o sentido teológico dos gestos que acompanham o Evangelário?

No último bimestre a *Revista de Liturgia* trouxe a reflexão sobre os lecionários, os livros que compõem o tesouro da Palavra de Deus dentro desta biblioteca chamada Missal Romano. Entre os lecionários, há um que é muito especial: o Evangelário, o livro dos Evangelhos, que analisaremos nesta quarta parte da nossa série de artigos.

O número 36 da Introdução ao Lecionário da Missa ensina que

sendo sempre o anúncio evangélico o ponto alto da Liturgia da Palavra, as duas tradições litúrgicas, a ocidental e a oriental, mantiveram uma diferença entre o Evangelho e as demais leituras. Com efeito, o livro dos Evangelhos era elaborado com grande cuidado, adornado e venerado mais do que qualquer outro lecionário. Assim, pois, é muito conveniente que também em nossos dias, nas catedrais, paróquias e Igrejas maiores e mais concorridas, haja um Evangelário, formosamente adornado e diferente do livro das demais leituras.¹

A dignidade do livro dos Evangelhos

Em sua obra magna, Jungmann² faz notar que os diversos evangelários do primeiro milênio eram confeccionados em letras unciais, ricamente ilustrados com iluminuras, possuindo capas de marfim, prata e até mesmo ouro. Essa dignidade artística se coadunava bem com os diversos códigos rituais dos quais o Evangelário era o protagonista.

Um exemplo riquíssimo desse tipo de ritualidade era a missa da *Expositio Evangeliorum*, ou Explicação dos Evangelhos, realizada nas paróquias de Roma, durante a Quaresma, a partir do século VI. Trata-se de uma das etapas da iniciação cristã, já próxima à Vigília Pascal, na qual os cate-

cúmenos ouviam a explicação sobre cada um dos quatro evangelhos canônicos. Esse rito, atestado na seção 34 do Sacramentário Gelasiano, era executado da seguinte maneira:

Quatro diáconos saem da sacristia com os quatro evangelhos, sendo precedidos por dois candelabros com turíbulos, e os colocam sobre os quatro ângulos do altar. E o presbítero diz, antes que alguém os leia, estas palavras: 'Estão abertos para vós, ó filhos caríssimos, os evangelhos, ou seja, as ações divinas. Primeiro devemos ensinar a ordem, o que é um evangelho, de onde vem e quais palavras são colocadas nele e quem escreveu os quatro' [...].³

O rito se desenvolvia, então, com a leitura de um longo trecho de cada um dos Evangelhos, seguida da sua explicação pelo presbítero. É importante notar, a partir desse testemunho, que a procissão com o livro dos Evangelhos já ocorria com a presença de tochas ou candelabros e de incenso.

As tochas, sendo herdadas do cerimonial imperial, precediam os altos magistrados da administração pública romana e, posteriormente, os cargos eclesiásticos mais elevados, como sinal de distinção. Incorporada pela liturgia, a presença de velas, mesmo durante o dia, indica a dignidade do Evangelhário e da sua proclamação, sendo também um sinal de alegria.

O incenso, cujo uso se popularizou nos países do norte da Europa e pouco a pouco entrou na liturgia romana, fazia parte apenas do aparato processional. No entanto, com a solenização cada vez mais elevada da liturgia, o próprio livro dos Evangelhos passou a receber a incensação, como símbolo distintivo da dignidade de Cristo. Essa “fumaça consagrada” pela presença do Senhor no livro, depois da proclamação, era levada ao povo, para que também este fosse consagrado e abençoado, como atesta o estudo de Jungmann.

Acompanhando a procissão do Evangelhário do altar até o ambão, estão as aclamações do povo e dos cantores. O povo permanece de pé, em respeito à dignidade do Livro, e os cantores entoam o aleluia. E, como desejo de manter para si a bênção recebida pela audição da Palavra do Senhor, a partir do século IX se introduz o costume da persignação, ou seja, de fazer o sinal da cruz sobre a testa dos fiéis. Esse gesto evolui no século XI para uma persignação não apenas

na testa, mas também na boca e no peito do fiel e no próprio livro.

Ainda, um gesto distintivo da dignidade do Evangelhário é o beijo que nele se dá ao final da proclamação, realizado no primeiro milênio sempre pelo sacerdote, nunca pelo próprio diácono. No entanto, fontes do século X e XI atestam que por um breve momento, na liturgia romana, o diácono apresentava o livro dos Evangelhos a todo o povo para ser beijado. Esse costume foi abolido e proibido por vários decretos sucessivos, como também indica Jungmann.

O diácono, o bispo e o Evangelhário

A proclamação do Evangelho não é feita pelo leitor, mas pelo diácono, desde pelo menos o século V, no rito romano. Era ele o responsável em conduzir o esplendor da Palavra de Deus, seja desde a entrada da igreja até o altar, seja do altar até o ambão, e proclamá-la.

A ligação entre o Evangelhário e o diácono é tão estreita que o Concílio de Florença, em 1439, chegou a afirmar que o subdiácono ascendia ao grau da Ordem do Diaconato pela recepção do livro dos Evangelhos, conferida pelo bispo⁴. Assim, o Evangelhário se consagra como o livro litúrgico próprio dos diáconos.

Mas o uso desse livro não ocorre de modo automático. Diferentemente dos demais lecionários, os quais o leitor usa para proclamar a Palavra de Deus a partir do ambão de forma livre, o diácono precisava pedir a permissão do bispo, a cada celebração, para proclamar a Sagrada Escritura contida no Evangelhário. Essa permissão, ao longo dos séculos, adquiriu formas mais ou menos complexas, como beijar os pés do bispo antes de pedir a bênção, conforme atesta o *Ordo Romanus I*⁵.

O fato é que, para que o diácono esteja apto para proclamar o Evangelho, ele precisa ter o coração e os lábios puros, e é exatamente essa a bênção que ele recebe, até hoje, seja do bispo, seja do presbítero: “O Senhor esteja em teu coração e em teus lábios para que possas anunciar dignamente o seu Evangelho: em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo”⁶. Essa prática se fundamenta na visão que Isaías teve, quando o serafim purificou os seus lábios para que ele pudesse profetizar em nome de Deus⁷.

Ainda, na oração consagratória de um

novo bispo, dois diáconos mantêm suspenso, sobre a cabeça daquele que está sendo ordenado, o livro dos Evangelhos⁸. Essa prática remonta ao século V, conforme se observa nos *Statuta Ecclesiae Antiqua*, ou os Venerandos Estatutos da Igreja⁹. A vinda do *Spiritus principalis*, ou Espírito soberano, sobre o bispo é mediada pelo Evangelário, de forma que se expressa visivelmente, através desse eloquente sinal, a plenitude do sacerdócio com toda a autoridade para ensinar¹⁰.

O Evangelário, hoje

A terceira edição do Missal Romano (2002/2008)¹¹, que está na iminência de ser publicada em português pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, apresenta, em sua “Instrução Geral”, algumas indicações a respeito do Evangelário:

a) seguindo a tradição bimilenar do rito romano, o livro dos Evangelhos é levado em procissão pelo diácono, um pouco elevado, da porta da igreja até o altar, onde permanece até a sua proclamação; trata-se de uma verdadeira ostensão do livro litúrgico. É, de fato, Cristo que entra solenemente, passando pelo meio da assembleia reunida. Na falta do diácono, no entanto, o leitor da Palavra de Deus pode levá-lo até o altar. Na atual forma do rito romano, esta é a única procissão que se realiza com a Palavra de Deus dentro da missa¹²;

b) enquanto se canta a aclamação ao Evangelho, o diácono pede a bênção para o sacerdote que preside a celebração, vai até o altar, toma o Evangelário em suas mãos e segue processionalmente para o ambão, de onde proclamará a Palavra de Deus. Oportunamente acompanham essa procissão as tochas e o incenso. Ao final, o diácono leva o livro dos Evangelhos para o sacerdote, que o beija. Tratando-se do bispo, este pode abençoar o povo com o livro, um costume que foi inserido no rito romano pelo papa são João Paulo II. Por fim, na falta do diácono, o próprio presbítero pega o Evangelário e o leva até o ambão, para a proclamação do Evangelho;

c) por fim, dentro do próprio Missal Romano, em sua terceira edição, há apenas um único evangelho: o da entrada de Jesus em Jerusalém, em suas três versões dos sinóticos, proclamado no Domingo de Ramos quando há procissão. Todos os demais evangelhos a serem proclamados na celebração eucarística estão contidos tanto nos lecionários quanto no Evangelário.

Na próxima edição da *Revista de Liturgia* iremos conhecer o livro que dá bom andamento e decoro à celebração: o livro das rubricas, ou cerimonial, utilizado no passado e até hoje pelos cerimoniários.

João Paulo Veloso é presbítero incardinado na Arquidiocese de Palmas/TO. É jornalista e mestre em Liturgia pelo Pontifício Instituto Litúrgico (Roma 2020).

E-mail: contato@padreveloso.com.

¹ CNBB. *Instrução Geral do Missal Romano e Introdução ao Lecionário*. Brasília, DF: Edições CNBB, 2008.

² JUNGMANN, J. A. *Missarum sollemnia: origens, liturgia, história e teologia da missa romana*. São Paulo: Paulus, 2009. p. 432-443.

³ Neste trecho, a tradução é nossa. Cf. MOHLBERG, Cunibert L. (ed.). *Liber sacramentorum romanae aeclesiae ordinis anni circuli*: (Cod. Vat. Reg. lat. 316/Paris Bibl. Nat. 7193, 41/56): (Sacramentarium Gelasianum). Roma: Herder, 1981.

⁴ Cf. DH 1326 (DENZINGER-HÜNERMANN. *Compêndio dos símbolos, definições e declarações de fé e moral*. São Paulo: Paulinas-Loyola, 2007).

⁵ Cf. Ordinário Romano I, 77ss. (ANDRIEU, M. (ed.). *Les Ordines Romani du haut Moyen Age*. Leuven: Spicilegium Sacrum Lovaniense, 1960. Tome II. Les textes (Ordines I-XIII)).

⁶ MISSAL Romano restaurado por decreto do Sagrado Concílio Ecumênico Vaticano II e promulgado pela autoridade do papa Paulo VI: tradução portuguesa da 2ª edição típica para o Brasil. 5. ed. São Paulo: Paulus, 1992. p. 399.

⁷ Isaías 6,5-7: “Ai de mim – gritava eu –. Estou perdido porque sou um homem de lábios impuros, e habito com um povo (também) de lábios impuros e, entretanto, meus olhos viram o rei, o Senhor dos exércitos! Porém, um dos serafins voou em minha direção; trazia na mão uma brasa viva, que tinha tomado do altar com um tenaz. Aplicou-o na minha boca e disse: Tendo esta brasa tocado teus lábios, teu pecado foi tirado, e tua falta, apagada”.

⁸ Rito de ordenação de um bispo, n. 46. Cf. PONTIFICAL Romano renovado por decreto do Concílio Vaticano II, promulgado por autoridade do papa Paulo VI e, em parte, renovado pelo papa João Paulo II: tradução portuguesa para o Brasil das edições típicas. São Paulo: Paulus, 2000.

⁹ Aqui, são os próprios bispos que mantêm o Evangelário sobre a cabeça daquele que está sendo ordenado. Cf. MUNIER, C (ed.). *Concilia Galliae. A. 314 – A. 506*. Turnhout: Brepols, 1963. (CCSL 148).

¹⁰ Cf. Mt 28,19.

¹¹ MISSALE Romanum ex decreto Sacrosancti Oecumenici Concilii Vaticani II instauratum auctoritate Pauli PP. VI promulgatum Ioannis Pauli PP. II cura recognitum. Editio typica tertia. Città del Vaticano: Typis Vaticanis, 2008.

¹² Cf. CNBB, op. cit., n. 120. Observe-se, porém, que no rito de admissão ao Catecumenato faz-se uma procissão com o “Livro das Sagradas Escrituras” antes da Primeira Leitura (cf. RITUAL da Iniciação Cristã de Adultos: renovado por decreto do Concílio Vaticano II e promulgado por autoridade do Papa Paulo VI: tradução portuguesa para o Brasil da edição típica. 5. ed. São Paulo: Paulinas, 2003. n. 91).